



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

OS LIMITES DA POLÍTICA: TOTALITARISMO E NEOLIBERALISMO

Autores: LUCI HELENA SILVA MARTINS, SAMIRA BASTOS DE ALKIMIM MIRANDA

Os limites da política: totalitarismo e neoliberalismo

Não estanque no passado, o totalitarismo constituiu-se como mais uma opção dos governantes a ocuparem o *lugar vazio do poder*, movimento que traz em seu bojo a anulação da política e a degradação dos espaços públicos.

O totalitarismo estudado por Arendt (1989) e Lefort (1987) foi o fenômeno que mais impactou o século XX, não estando restrito ao período compreendido pela Segunda Guerra Mundial. Arendt analisa o fenômeno em dois modelos, nazista e soviético, destacando as semelhanças de ambos os regimes, situados em espectros políticos opostos, como direita e esquerda. Arendt dedica-se especialmente ao nazismo, mas na terceira parte de seu livro *Origem*

V

Os limites da política: totalitarismo e neoliberalismo

Introdução

Não estanque no passado, o totalitarismo constituiu-se como mais uma opção dos governantes a ocuparem o lugar vazio do poder, movimento que traz em seu bojo a anulação da política e a degradação dos espaços públicos. Frente a isto, este trabalho traz reflexões acerca das interfaces do totalitarismo e do neoliberalismo com a política no Brasil. Trata-se de uma revisão bibliográfica pautada em autores como Arendt (1989), Lefort (1987) e Oliveira (2000) e Ribeiro (2000).

Discussões

O totalitarismo estudado por Arendt (1989) e Lefort (1987) foi o fenômeno que mais impactou o século XX. Com raízes profundas na cultura e nas razões que levaram a sua ascensão, o totalitarismo não ficou restrito ao período compreendido pela Segunda Guerra Mundial. Arendt analisa o fenômeno nos dois modelos, nazista e soviético, destacando as semelhanças de ambos os regimes, situados em espectros políticos opostos, como direita e esquerda. Na terceira parte de seu livro *Origens do Totalitarismo* tematiza as semelhanças nos dois modelos, o que sintetiza no artigo denominado *Ideologia e Terror* (1989). Nele Arendt avalia que nazismo e comunismo ergueram-se como modelos inéditos, para os quais não havia explicação nas categorias analíticas disponíveis. Com o problema focado na compreensão, para Arendt, ambos os regimes colocaram em movimento ideologias centradas no racismo científico e no darwinismo social, de um lado (nazista), e no materialismo histórico dialético (stalinismo), do outro. Ambos os modelos lançaram mão da ideologia de que o sistema colocado em movimento atualizava a lógica das leis históricas e da natureza. Tal ideologia colocada em movimento concebiam a teleologia almejada, pela verdade contida nos



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Claude Lefort (1987), outro autor influente nesse debate, destaca a dimensão da “liberdade política” como constitutiva do político. No livro *Pensando o político* (1991), Lefort busca argumentos que avaliam que o indivíduo é um ser abstrato fora da sociedade, e que ambos (indivíduo e sociedade) não se dissociam, sendo que a democracia é o sistema mais propício para construir, mais do que um regime, uma sociedade democrática. Baseado em Tocqueville, diz ele que a democracia é menos importante pelo que faz, do que pelo que faz fazer ao permitir aos homens agirem com liberdade política.

O Neoliberalismo, por sua vez, pode confluir com o Totalitarismo, como uma alternativa que ficou disposta aos governantes na segunda metade do século XX. Na vertente analisada por Chico de Oliveira (2000), o caso brasileiro está sob o desenvolvimento do “totalitarismo neoliberal”, com a anulação da política, do dissenso e do conflito próprio das sociedades democráticas.

No Brasil, o neoliberalismo também estabeleceu uma “confluência perversa” (Dagnino, 2000) com os princípios constitucionais assumidos na Constituição Federal de 1988, o que resultou no enfraquecimento de um projeto de nação. Tal confluência solapou um projeto societário democrático, e permitiu o retorno do país ao estado predatório do livre-mercado, enfraquecido pelo lugar assumido pelos sindicatos nos anos 90, tomados no Brasil pela imperiosa crise do desemprego, abatendo estratégias de greve no campo dos trabalhadores. Para manter o controle societário, o Estado assume sua face ora polícia, ora assistencial. Identificada durante muito tempo com o Estado, a política passa, ela própria, por uma crise de legitimidade, ao ser identificada com o seu contrário, o próprio Estado não democrático de direito. Assumindo com naturalidade a função automática que o governo confere ao poder político, o Estado assume sua face policialesca, e a política como ação do Estado, aparece como velha, autoritária, focalizada nos mais pobres como forma de controle social e solidariedade vinculada a políticas de estado, não no direito a ter direitos. Por fim, o novo decidiu que os movimentos sociais estarão apartados do poder decisório, mais ainda do que estavam. E a educação passou a receber uma carga ideológica que não tem, de formar marxistas. Desse modo, bem se vê para que lado pende o autoritarismo do estado brasileiro que reflete o desejo da massa dos brasileiros de entregar um projeto de nação aos mecanismos de dissolução completa do Estado de direito, voltando nosso presente para tempos sombrios, baseados na não-cidadania e na velha forma de governo, baseada na lei do mais forte.

Resultados obtidos

A solução histórica mais interessante pensada pelos repúblicos, no plano da democracia liberal, parece passar por uma educação de hábitos em busca do controle dos interesses, o que se daria por meio da experiência democrática de construção da lei na busca do “interesse bem compreendido”, inspirada em Tocqueville. Já para Ribeiro (2000b), do grande dilema entre Democracia e República, a democracia só pode ser republicana, e a “virtude” da república, traduzida por abnegação, está em controlar os “desejos” da democracia. Uma certa estabilidade institucional, suficiente para a busca abnegada da aplicação da lei sobre a mudança nos costumes, para alguns, não seria suficiente, para outros, para conferir legitimidade à democracia, na qual o poder popular emana diretamente dos cidadãos. Nos dois cenários, o papel da educação dos costumes remete também ao cultivo do juízo, ou da inteligência dos cidadãos que exercem o poder mediante a capacidade de julgamento pelo voto, cenários viciantes que condenam a política e o espaço público a um lugar estanque, que nada cria de novo. O debate é um dos poucos momentos mediadores da inteligibilidade do que é real, se lembramos que o real não é a realidade, ou não a totalidade dela. A realidade está na base das determinações que permitirão ou não a invenção da república nos lugares estanques da política, tomada pelo seu contrário a polícia. A política resulta urgente devido à naturalidade com que se encara, no Brasil, a longa distância entre Brasil Legal e Brasil Real. Práticas policialescas e autoritárias, portanto, ao tomarem o âmbito do estado e da sociedade, são permissivas de uma rede de costumes reveladores da sociabilidade autoritária, repassados de geração a geração, sem que a interrupção dos processos seja tematizada ou vivenciada no cotidiano.

Contra o neoliberalismo, adensa-se também uma crítica sistêmica e estrutural sobre as formas de apropriação do poder coletivo e sobre as influências sobre a opinião pública por meio de uma organização autoritária do mundo do trabalho, voltado para a luta pela sobrevivência, e a organização da mídia corporativa, mecanismos que montam o cenário para a especulação em torno das divisas econômicas cobiçadas por Estado e mercado, que mexem os fios das decisões políticas, com o foco no orçamento público concentrado na mão de poucos. Sobram aos indivíduos, estruturas que o isolam da política e da cidadania. Aos raros sujeitos políticos em disputa, portadores do dissenso, ceifado numa forma democrática destituída de conteúdo, restaria a conquista da autonomia e do pertencimento político.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Do resto, caberia o questionamento face ao papel do Estado, e do Mercado, e o papel do neoliberalismo que legitima retirar benefícios dos pobres e distribuí-los entre poucos privilegiados do mercado e do Estado, no que tange aos tecnocratas de plantão. Os negócios por detrás do governo de uma nação passam pela sintonia entre os grupos das três esferas dos poderes, que assimilam negócios como práticas corriqueiras, como o caso de investimentos públicos do Estado transferidos à iniciativa privada por meio das privatizações e parcerias-público-privado iniciadas nos anos de 1990, com a abertura do mercado brasileiro. A transferência a fundo perdido para a iniciativa privada, por meio de subsídios fiscais do estado para as indústrias de diversos setores e para lobby de igrejas não tem um fim público, na medida em que as moedas de troca com que retribuem os benefícios são pagas com poder político. O estado capitalista, onde coube desenvolvimento sem colonização, teve um papel central no desenvolvimento nacional, agindo como investidor no futuro dos países, por meio de políticas públicas e do desenvolvimento dos seus cidadãos. Num recuo de perspectiva, os agentes de mercado, em tempos de recessão, decidiram retirar o lastro de sua devida contribuição para as políticas sociais: estava aberto o caminho para o Estado refluir como agente desenvolvimentista. Estávamos diante de outra ideologia que, colocada em movimento, tem acelerado a guerra totalitária de que falava Arendt. O neoliberalismo, como ideologia que acompanha a globalização, almeja encontrar caminhos abertos para os fluxos de capitais e investimentos estrangeiros. Ora, seria louvável se o investimento causasse desenvolvimento local mas não é o que se revelou verdadeiro. É um erro lógico que os países pobres possam desenvolver-se sem o Estado, só pelo Mercado. O Estado trabalhou, secularmente, no Brasil para o enriquecimento de grupos, seja por meio da esfera do governo, seja pelas facilidades de as classes abastadas adquirirem patrimônios sem passarem pela ética do trabalho, mas por meio de negócios com o governo local. Resta claro que o interesse nacional deixou de ser nacional para se transformar em demanda pública colocada ao mercado, em que direitos sociais são vistos como negócio viabilizado pelo próprio governo para o setor privado. O Estado novamente garantindo que alguns se enriqueçam e outros retem como “refugio da terra” (Arendt, 1988). Os direitos sociais transformados em mercadoria, acessados pelo dinheiro, perpetua a condição de sub-cidadania da massa dos sem trabalho, precariados, “desfiliados”, na avaliação de R. Castel. Sem salário ou trabalho para todos, restaria o tráfico e o crime organizado como alternativa para acessar o dinheiro ou os bens individuais, postos à população.

As novas gerações, apresentadas à capacidade de pensar e refletir sobre a pluralidade humana, condição da política, imaginam-se num cenário pós-moderno em que tudo parece aberto para a configuração de um novo espaço público, cívico e democrático, onde o “novo” pode vir a configurar o presente e o futuro. Para outros grupos, esse cenário democrático nunca será o desejado, e a educação que legarão aos seus filhos reatualizará a luta como dissolução da política. Aliás, muito mais do que luta de classes, o totalitarismo incitou um “estado totalitário da natureza”, em que a liberdade, como bem público e privado, foi dissolvida (1988). Já o nosso presente vê-se tomado pelas estruturas do neoliberalismo, esse novo nome para o velho capitalismo aperfeiçoado com os métodos totalitários que relega categorias à segregação da fala, do pensamento, da possibilidade de viver afetos, e de maneira trágica relegados à indigência, à migração, com toda sorte de impossibilidades de pertencer à comunidade e ao mundo comum. O modelo autoritário de governar as massas brutaliza o pensamento e o comportamento dos sujeitos integrados ou não integrados. Os primeiros atuam com medo da dissolução do seu status e veem na reposição das hierarquias um meio de controle da força de trabalho. Os trabalhadores manuais, como um todo, comungam na sua base da condição do precariado, quase-indigentes, o que os colocam diante da necessidade, privado da sua liberdade política. Apolíticos ou “laborans”, senhores e indigentes, ambos os grupos não possuem a condição humana necessária para a política, a qual se define pela capacidade de agir e iniciar algo novo, na dimensão da liberdade. O poder do precariado, por sua vez, avalia Ruy Braga (2017) parece ser explosivo, pois o desenho político administrativo do Estado não permite aos trabalhadores e às comunidades organizarem-se dentro dos trâmites burocráticos da gestão pública. A política é, portanto, o dissenso, como avalia Rancière, e outros autores influentes no debate brasileiro.

Conclusão

Percebe-se, com base em Lefort (1991), que a democracia tem por si só um caráter revolucionário na medida em que constantemente cria direitos e possibilita o espaço para conflitos, isto é, por meio do espaço público os diversos atores sociais podem se articular e buscar transformações na sociedade, diferentemente dos regimes totalitários no quais negam o conflito, e asfixiam o dissenso. O regime democrático por ser aberto a processos reivindicatórios possibilita a instituição de novos direitos. Contudo, a trajetória histórica da cidadania no Brasil indica uma baixa cultura cívica democrática, o que interfere na apropriação do espaço público e na luta por direitos. Oliveira reitera que formação da sociedade brasileira foi um processo complexo de violência, de censura da fala, e de privatização do público, em sumula: de anulação política e do dissenso. Ainda, nota-se que o totalitarismo se estende ao século XXI, sobrepujado das vestes do neoliberalismo, em que as classes subalternas são responsabilizadas pela não integração no



FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo**. Brasília, Forense Universitária, 2005.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global**. São Paulo, Boitempo, 2017

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Difel, 1996.

DAGNINO, Evelina. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte, UFMG, 2000

LEFORT, Claude. **Pensando o Político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, F. "Privatização do Público e Destituição da Fala: o Totalitarismo Neoliberal". In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. (orgs) **Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia global**, São Paulo, Vozes, 2000.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a

_____. **A questão do desejo nas lutas sociais**. (in) BIGNOTO, Newton. **Pensar a República**, Belo Horizonte, UFMG 2000b.

Os limites da política: totalitarismo e neoliberalismo

Introdução

Não estanque no passado, o totalitarismo constituiu-se como mais uma opção dos governantes a ocuparem o lugar vazio do poder, movimento que traz em seu bojo a anulação da política e a degradação dos espaços públicos. Frente a isto, este trabalho traz reflexões acerca das interfaces do totalitarismo e do neoliberalismo com a política no Brasil. Trata-se de uma revisão bibliográfica pautada em autores como Arendt (1989), Lefort (1987) e Oliveira (2000) e Ribeiro (2000).

Discussões



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

O totalitarismo estudado por Arendt (2005) e Lefort (1991) foi o fenômeno que mais impactou o século XX. Com raízes profundas na cultura e nas razões que levaram a sua ascensão, o totalitarismo não ficou restrito ao período compreendido pela Segunda Guerra Mundial. Arendt analisa o fenômeno nos dois modelos, nazista e soviético, destacando as semelhanças de ambos os regimes, situados em espectros políticos opostos, como direita e esquerda. Na terceira parte de seu livro *Origens do Totalitarismo* tematiza as semelhanças nos dois modelos, o que sintetiza no artigo denominado *Ideologia e Terror* (1989). Nele Arendt avalia que nazismo e comunismo ergueram-se como modelos inéditos, para os quais não havia explicação nas categorias analíticas disponíveis. Com o problema focado na compreensão, para Arendt, ambos os regimes colocaram em movimento ideologias centradas no racismo científico e no darwinismo social, de um lado (nazista), e no materialismo histórico dialético (stalinismo), do outro. Ambos os modelos lançaram mão da ideologia de que o sistema colocado em movimento atualizava a lógica das leis históricas e da natureza. Tal ideologia colocada em movimento conceberia a teleologia almejada, pela verdade contida nos esquemas lógicos. Tal resultado foi o fim da política, a dissolução dos espaços públicos e da liberdade, essência da política.

Claude Lefort (1991) destaca a dimensão da “liberdade política” como constitutiva do político. No livro *Pensando o político* (1991), Lefort busca argumentos que avaliam que o indivíduo é um ser abstrato fora da sociedade, e que ambos (indivíduo e sociedade) não se dissociam, sendo que a democracia é o sistema mais propício para construir, mais do que um regime, uma sociedade democrática. Baseado em Tocqueville, diz ele que a democracia é menos importante pelo que faz, do que pelo que faz fazer ao permitir aos homens agirem com liberdade política.

O Neoliberalismo, por sua vez, pode confluir com o Totalitarismo, como uma alternativa que ficou disposta aos governantes na segunda metade do século XX. Na vertente analisada por Chico de Oliveira (2000), o caso brasileiro está sob o desenvolvimento do “totalitarismo neoliberal”, com a anulação da política, do dissenso e do conflito próprio das sociedades democráticas.

No Brasil, o neoliberalismo também estabeleceu uma “confluência perversa” (Dagnino, 2000) com os princípios constitucionais assumidos na Constituição Federal de 1988, o que resultou no enfraquecimento de um projeto de nação. Tal confluência solapou um projeto societário democrático, e permitiu o retorno do país ao estado predatório do livre-mercado, enfraquecido pelo lugar assumido pelos sindicatos nos anos 90, tomados no Brasil pela imperiosa crise do desemprego, abatendo estratégias de greve no campo dos trabalhadores. Para manter o controle societário, o Estado assume sua face ora política, ora assistencial. Identificada durante muito tempo com o Estado, a política passa, ela própria, por uma crise de legitimidade, ao ser identificada com o seu contrário, o próprio Estado não democrático de direito. Assumindo com naturalidade a função automática que o governo confere ao poder político, o Estado assume sua face policialesca, e a política como ação do Estado, aparece como velha, autoritária, focalizada nos mais pobres como forma de controle social e solidariedade vinculada a políticas de estado, não no direito a ter direitos. Por fim, o novo decidiu que os movimentos sociais estarão apartados do poder decisório, mais ainda do que estavam. E a educação passou a receber uma carga ideológica que não tem, de formar marxistas. Desse modo, bem se vê para que lado pende o autoritarismo do estado brasileiro que reflete o desejo da massa dos brasileiros de entregar um projeto de nação aos mecanismos de dissolução completa do Estado de direito, voltando nosso presente para tempos sombrios, baseados na não-cidadania e na velha forma de governo, baseada na lei do mais forte.

Resultados obtidos

A solução histórica mais interessante pensada pelos repúblicos, no plano da democracia liberal, parece passar por uma educação de hábitos em busca do controle dos interesses, o que se daria por meio da experiência democrática de construção da lei na busca do “interesse bem compreendido”, inspirada em Tocqueville. Já para Ribeiro (2000b), do grande dilema entre Democracia e República, a democracia só pode ser republicana, e a “virtude” da república, traduzida por abnegação, está em controlar os “desejos” da democracia. Uma certa estabilidade institucional, suficiente para a busca abnegada da aplicação da lei sobre a mudança nos costumes, para alguns, não seria suficiente, para outros, para conferir legitimidade à democracia, na qual o poder popular emana diretamente dos cidadãos. Nos dois cenários, o papel da educação dos costumes remete também ao cultivo do juízo, ou da inteligência dos cidadãos que exercem o poder mediante a capacidade de julgamento pelo voto, cenários viciantes que condenam a política e o espaço público a um lugar estanque, que nada cria de novo. O debate é um dos poucos momentos mediadores da inteligibilidade do que é real, se lembramos que o real não é a realidade, ou não a totalidade dela. A realidade está na base das determinações que permitirão ou não a invenção da república nos lugares estanques da política, tomada pelo seu contrário a política. A



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Contra o neoliberalismo, adensa-se também uma crítica sistêmica e estrutural sobre as formas de apropriação do poder coletivo e sobre as influências sobre a opinião pública por meio de uma organização autoritária do mundo do trabalho, voltado para a luta pela sobrevivência, e a organização da mídia corporativa, mecanismos que montam o cenário para a especulação em torno das divisas econômicas cobiçadas por Estado e mercado, que mexem os fios das decisões políticas, com o foco no orçamento público concentrado na mão de poucos. Sobram aos indivíduos, estruturas que o isolam da política e da cidadania. Aos raros sujeitos políticos em disputa, portadores do dissenso, ceifado numa forma democrática destituída de conteúdo, restaria a conquista da autonomia e do pertencimento político.

Do resto, caberia o questionamento face ao papel do Estado, e do Mercado, e o papel do neoliberalismo que legitima retirar benefícios dos pobres e distribuí-los entre poucos privilegiados do mercado e do Estado, no que tange aos tecnocratas de plantão. Os negócios por detrás do governo de uma nação passam pela sintonia entre os grupos das três esferas dos poderes, que assimilam negócios como práticas corriqueiras, como o caso de investimentos públicos do Estado transferidos à iniciativa privada por meio das privatizações e parcerias-público-privado iniciadas nos anos de 1990, com a abertura do mercado brasileiro. A transferência a fundo perdido para a iniciativa privada, por meio de subsídios fiscais do estado para as indústrias de diversos setores e para lobby de igrejas não tem um fim público, na medida em que as moedas de troca com que retribuem os benefícios são pagas com poder político. O estado capitalista, onde coube desenvolvimento sem colonização, teve um papel central no desenvolvimento nacional, agindo como investidor no futuro dos países, por meio de políticas públicas e do desenvolvimento dos seus cidadãos. Num recuo de perspectiva, os agentes de mercado, em tempos de recessão, decidiram retirar o lastro de sua devida contribuição para as políticas sociais: estava aberto o caminho para o Estado refluir como agente desenvolvimentista. Estávamos diante de outra ideologia que, colocada em movimento, tem acelerado a guerra totalitária de que falava Arendt. O neoliberalismo, como ideologia que acompanha a globalização, almeja encontrar caminhos abertos para os fluxos de capitais e investimentos estrangeiros nas reservas naturais do planeta. Ora, seria louvável se o investimento causasse desenvolvimento local mas não é o que se revelou verdadeiro. É um erro lógico que os países pobres possam desenvolver-se sem o Estado, só pelo Mercado. O Estado trabalhou, secularmente, no Brasil para o enriquecimento de grupos, seja por meio da esfera do governo, seja pelas facilidades de as classes abastadas adquirirem patrimônios sem passarem pela ética do trabalho, mas por meio de negócios com o governo local. Resta claro que o interesse nacional deixou de ser nacional para se transformar em demanda pública colocada ao mercado, em que direitos sociais são vistos como negócio viabilizado pelo próprio governo para o setor privado. O Estado novamente garantindo que alguns se enriqueçam e outros restem como “refugio da terra” (Arendt, 2005). Os direitos sociais transformados em mercadoria, acessados pelo dinheiro, perpetua a condição de sub-cidadania da massa dos sem trabalho, precariados, “desfiliaados”, na avaliação de R. Castel. Sem salário ou trabalho para todos, restaria o tráfico e o crime organizado como alternativa para acessar o dinheiro ou os bens individuais, postos à população.

As novas gerações, apresentadas à capacidade de pensar e refletir sobre a pluralidade humana, condição da política, imaginam-se num cenário pós-moderno em que tudo parece aberto para a configuração de um novo espaço público, cívico e democrático, onde o “novo” pode vir a configurar o presente e o futuro. Para outros grupos, esse cenário democrático nunca será o desejado, e a educação que legarão aos seus filhos reatualizará a luta como dissolução da política. Aliás, muito mais do que luta de classes, o totalitarismo incitou um “estado totalitário da natureza”, em que a liberdade, como bem público e privado, foi dissolvida. Já o nosso presente vê-se tomado pelas estruturas do neoliberalismo, esse novo nome para o velho capitalismo aperfeiçoado com os métodos totalitários que relega categorias à segregação da fala, do pensamento, da possibilidade de viver afetos, e de maneira trágica relegados à indigência, à migração, com toda sorte de impossibilidades de pertencer à comunidade e ao mundo comum. O modelo autoritário de governar as massas brutaliza o pensamento e o comportamento dos sujeitos integrados ou não integrados. Os primeiros atuam com medo da dissolução do seu status e veem na reposição das hierarquias um meio de controle da força de trabalho. Os trabalhadores manuais, como um todo, comungam na sua base da condição do precariado, quase-indigentes, o que os colocam diante da necessidade, privado da sua liberdade política. Apolíticos ou “laborans”, senhores e indigentes, ambos os grupos não possuem a condição humana necessária para a política, a qual se define pela capacidade de agir e iniciar algo novo, na dimensão da liberdade. O poder do precariado, por sua vez, avalia Ruy Braga (2017) parece ser explosivo, pois o desenho político administrativo do Estado não permite aos trabalhadores e às comunidades organizarem-se dentro dos trâmites burocráticos da gestão pública. A política é, portanto, o dissenso, como avalia Rancière, e outros autores influentes no debate brasileiro.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Conclusão

Percebe-se, com base em Lefort (1991), que a democracia tem por si só um caráter revolucionário na medida em que constantemente cria direitos e possibilita o espaço para conflitos, isto é, por meio do espaço público os diversos atores sociais podem se articular e buscar transformações na sociedade, diferentemente dos regimes totalitários no quais negam o conflito, e asfixiam o dissenso. O regime democrático por ser aberto a processos reivindicatórios possibilita a instituição de novos direitos. Contudo, a trajetória histórica da cidadania no Brasil indica uma baixa cultura cívica democrática, o que interfere na apropriação do espaço público e na luta por direitos. Oliveira reitera que formação da sociedade brasileira foi um processo complexo de violência, de censura da fala, e de privatização do público, em sumula: de anulação política e do dissenso. Ainda, nota-se que o totalitarismo se estende ao século XXI, sobrepujado das vestes do neoliberalismo, em que as classes subalternas são responsabilizadas pela não integração no rol dos direitos e o espaço público diluído.

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo**. Brasília, Forense Universitária, 2005.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global**. São Paulo, Boitempo, 2017

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Difel, 1996.

DAGNINO, Evelina. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte, UFMG, 2000

LEFORT, Claude. **Pensando o Político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, F. "Privatização do Público e Destituição da Fala: o Totalitarismo Neoliberal". In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. (orgs) **Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia global**, São Paulo, Vozes, 2000.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a

_____. **A questão do desejo nas lutas sociais**. (in) BIGNOTO, Newton. **Pensar a República**, Belo Horizonte, UFMG 2000b.